

ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2021, REALIZADA EM AMBIENTE VIRTUAL.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte um, às 10h30, por meio virtual, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça **Cleandro Alves de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Aristides Silva Pinheiro, Luís Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima, Clotildes Costa Carvalho, Hugo de Sousa Cardoso e Antônio de Moura Júnior**. Ausente, justificadamente, o Procurador de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares (justificativa), Alípio de Santana Ribeiro (justificativa), José Ribamar da Costa Assunção (justificativa) e Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando (justificativa)**. Registre-se que o Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares deixou de participar da sessão em razão de problemas técnicos, e que o Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro participou da sessão apesar de estar em gozo de férias. O Presidente cumprimentou os presentes e, verificando o quórum regimental, declarou aberta a sessão. Na sequência, submeteu à apreciação do Colegiado a ata da 6ª sessão deliberativa extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2021. A ata foi aprovada sem retificação. Antes de iniciar a pauta, o Presidente anunciou a posse da Coordenação do Núcleo de Procuradorias Cíveis da instituição, para o ano 2021-2022, que tem a Procuradora de Justiça Martha Celina de Oliveira Nunes, como Coordenadora, e o Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares, como Subcoordenador. Em seguida o cerimonial

fez um breve resumo sobre as procuradorias cíveis do Ministério Público do Piauí. Após, passou a palavra à Coordenadora empossada, Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, que cumprimentou a todos e iniciou o seu discurso dizendo que tentará fazer o melhor, vez que o trabalho desenvolvido pela Dra. Rosângela no núcleo cível foi de excelência; que aceitou o cargo contando com a experiência anterior de ter coordenado o núcleo cível, porém sabe que a missão lhe revela muito mais desafiadora depois da Dra. Rosângela; que a gestão que se inicia observará sempre a independência funcional de cada Procurador de Justiça enquanto prerrogativa constitucional e empreenderá os esforços necessários a uniformização no entendimento quanto às hipóteses que dispensam a intervenção ministerial; que o núcleo cível retornará as reuniões periódicas na forma regimental adotando por enquanto a modalidade de teleconferência, a fim de resguardar a saúde de todos os seus integrantes; que a gestão se compromete à revisão do regimento interno, tendo em vista que muitos dispositivos do regimento não se revelam mais compatíveis com a ordem processual e tampouco com a prática cotidiana dos gabinetes; que procurarão promover o diálogo e a discussão de temas afetos a atuação cível dos procuradores da justiça. Por fim, agradeceu por estar aqui e reafirmou seu compromisso, enquanto coordenadora do núcleo, para com o trabalho que será desempenhado. O Cerimonial deixou a palavra em aberto aos senhores Procuradores de Justiça que desejassem proferir sua mensagem. A Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho parabenizou a Dra. Marta Celina, porém se insurgiu em relação à realização da posse nesta sessão do Colégio de Procuradores, visto que o regimento interno é muito claro quando diz que as sessões extraordinárias serão realizadas sempre que houver necessidade de se discutir e tratar matéria de interesse urgente. Assim, aproveitou a oportunidade para pedir a modificação do art. 40 do RICPJ, a fim de incluir as posses dos núcleos nas sessões solenes. Disse que a posse não deveria ser realizada nessa sessão extraordinária que versa de assunto de interesse urgente, a proposta orçamentária. Parabenizou a Dra. Martha Celina pela iniciativa, bem como parabenizou o Dr. Linhares, desejando uma administração pautada na harmonia em prol do interesse da instituição. Os Procuradores de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes,

Hugo de Sousa Cardoso e Luís Francisco Ribeiro se manifestaram parabenizando e desejando êxito na nova gestão da coordenação do núcleo cível, bem como parabenizaram a Procuradora de Justiça Rosângela de Fátima Loureiro Mendes pelo trabalho desenvolvido frente à coordenação. Com a palavra, a Dra. Rosângela cumprimentou a todos e parabenizou a Dra. Marta e o Dr. Linhares pela nova atribuição, por estarem assumindo oficialmente a coordenação do núcleo cível. Ressaltou que Dra. Marta já esteve na coordenação do núcleo e realizou um excelente trabalho. Assim, tem confiança que ela fará um trabalho melhor que puder. Desejou que tenha progresso e que possa sanar muitas das dificuldades junto à administração superior. Agradeceu o apoio dado pela Dra. Marta Celina e pelo Dr. Linhares a ela, como coordenadora, e ao Dr. Fernando Ferro, como subcoordenador. Aproveitou a oportunidade para agradecer a participação fortalecedora do Dr. Fernando Ferro, durante esse tempo de gestão no núcleo. Desejou uma gestão exitosa e agradeceu a todos pelos elogios recebidos. Após, o cerimonial passou a palavra ao presidente, que parabenizou a Dra. Martha, que está assumindo essa nova gestão. Disse que, em relação ao que foi dito no discurso da Dra. Martha Celina sobre os processos de intervenção dos procuradores cíveis, a PGJ irá trabalhar junto ao Tribunal de Justiça, no sentido de fazer uma triagem no próprio TJ para que não faça o encaminhamento desses processos. O Presidente parabenizou também o Dr. Linhares, que está assumindo a subcoordenação. Disse que está à disposição para marcar outra sessão a fim de continuar a discussão sobre os problemas do núcleo cível e do Colégio de Procuradores, no que diz respeito as melhorias das condições de trabalho. Parabenizou a Dra. Rosângela, que tão bem soube conduzir o biênio anterior na coordenação do núcleo cível, destacando a sua capacidade de organização e agregação. Em seguida, passou-se ao primeiro item da pauta.

Apresentação e Deliberação da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2022 (Lei Complementar nº 12/93, art. 16, inciso III e art. 3º, inciso III, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça). O Presidente passou à apresentação da proposta, destacando a evolução do orçamento no período de 2011 a 2021, bem como mostrou a inflação dos últimos anos,

com previsão de 7,58 % para 2021. Que a elaboração da proposta orçamentária foi construída por meio do orçamento participativo, em que a população e os integrantes do Ministério Público tiveram a oportunidade de apresentar sugestões para o incremento do orçamento, buscando uma prestação de serviço, pelo Ministério Público, que fosse adequada a realidade social. Que a comissão para elaboração da proposta orçamentária foi instituída pela Portaria PGJ nº 1671/2021, sob a presidência deste PGJ, e dos membros Hugo de Sousa Cardoso, Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra, Maurício Gomes de Sousa, Flávia Gomes Cordeiro, Carlos Washigton Machado, José Arimatéa Marques Area Leão Costa, Clériston de Castro Ramos e Ítalo Silva Vaz. Apresentou os Principais Desafios do MPPI para 2022, bem como o detalhamento da proposta orçamentária, ressaltando que o orçamento aprovado para 2021 foi de R\$ 227.675.534,00, o orçamento proposto para 2022 é de R\$ 271.908.097,00 e o incremento de R\$ 44.232.563,00, que equivale a 19,43%. Esclareceu que é uma pretensão da instituição, visto a defasagem histórica do orçamento. Ressaltou que o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD já foi enviado e apresentado em reunião administrativa ocorrida anteriormente. Apresentou a previsão de arrecadação própria dos fundos do Ministério Público, com previsão de R\$ 2.400.000,00 para o fundo de modernização do MPPI e R\$ 1.050.000,00 para fundo de proteção e defesa do consumidor. Esclareceu que esses recursos são investidos na aquisição de equipamentos de TI, móveis, automóveis, obras, etc. Ressaltou que esses recursos não são gastos com pessoal. Após a apresentação, o Presidente submeteu a proposta orçamentária à votação, colocando-se à disposição para qualquer questionamento. Concluída a votação, o Presidente declarou aprovada, por unanimidade, a proposta orçamentária apresentada. **Assuntos institucionais.** O Presidente comunicou sobre a adesão ao Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária (Piav) e sobre a conversão em pecúnia das férias e licença-prêmio. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos, desejando um feliz e abençoado final de semana, e declarou encerrada a sessão virtual, e para constar, eu, Zélia Saraiva Lima, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai

assinada pelos presentes. Registre-se que, as deliberações da presente sessão foram tomadas em ambiente virtual. Teresina, 10 de setembro de dois mil e vinte um.